

# O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889)

*The circle of the great: a study on politics, elites and networks in the second Empire enlightened by the life of Viscount of Cruzeiro (1854-1889)*

**Maria Fernanda Martins \***

*Artigo recebido e aprovado em maio de 2007*

## Resumo:

O trabalho busca investigar a importância e a dinâmica de funcionamento das redes de poder que se estabeleceram entre as elites ao longo do período imperial, tomando por base o Conselho de Estado (1842-1889), entendido como *locus* de negociação e atuação de redes políticas e sociais, que intermediava as relações da Coroa com os diversos grupos políticos e econômicos. Nesse sentido, concentra-se na trajetória do conselheiro visconde do Cruzeiro (1830-1892), na investigação de suas estratégias, práticas políticas e mentalidade econômica no interior de uma grande rede de negociação e alianças. Pretende-se, assim, demonstrar como a prática de reconstituição das redes clientelares e de parentesco, combinada à avaliação da trajetória individual, permite trazer novos elementos para análise da própria dinâmica da política no período.

## Palavra-chave:

Política Imperial, Elites, redes, trajetórias

## Abstract:

This study intends to investigate the importance and the dynamics of the networks of power existing among the elites throughout Brazilian Empire. It focus on the State Council (1842-1889), understood as a locus for negotiation and action of the political and social networks, which functioned as a mediator in the relationship of the Crown and the existing political and economical groups. The text

\* Professora recém-doutora no Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Uerj e bolsista da Faperj

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

highlights the life and political intervention of the counselor Viscount of Cruzeiro (1830-1892), investigating his strategies, political practices and economic mentality within a broad net of negotiations and alliances. It intends to demonstrate how practices aiming at the reconstitution of nets of clients and kinship, along with the evaluation of an individual life story, can bring up new elements to the analysis of the very dynamics of the politics in the period.

---

**Key words:**

Politics in the Empire, elites, networks (individual life stories).

A idéia de trazer de volta o Conselho de Estado à cena política surgiu em 1840, uma vez que, após o período regencial, com a Maioridade, vivia-se o retorno do imperador e do Poder Moderador — uma prerrogativa constitucional na vigência da Carta de 1824 — e a própria responsabilidade de se reconstruir a estrutura política e administrativa do Estado brasileiro<sup>1</sup>. Assim, o estudo sobre o Conselho, como instância de relacionamento entre o Estado e as elites, assume inegável importância, uma vez que o órgão traduziu, por um lado, o pensamento do Governo; por outro, sua adequação aos interesses das elites ali representadas, permitindo observar como se davam as relações entre os grupos dominantes e compreender os espaços e os limites que se colocavam para a execução de seus princípios e projetos para o país<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A instituição havia sido criada logo após a Independência e confirmada pela Constituição de 1824. Seguia o modelo dos velhos conselhos áulicos europeus, com membros vitalícios, sofrendo a influência de uma prática político-administrativa tradicionalmente associada ao regime monárquico no velho continente. O primeiro Conselho atuou junto ao imperador Pedro I desde 1823, sobrevivendo à sua abdicação em 1831. Extinto no conjunto das medidas de caráter liberal presentes na reforma constitucional de 1834, foi restabelecido em 1841 como expressão dos esforços de reforma e pacificação do país após os conturbados anos das regências.

<sup>2</sup> O termo *elite* está sendo utilizado em seu sentido mais amplo, de forma a abarcar aqueles que se encontram no topo da hierarquia social. Segundo J Scott, trata-se de uma *vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores, etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular, ou seja, a minoria disposta, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente ou de qualidades adquiridas (...)* No plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade. John Scott. *Les élites dans la sociologie anglo-saxonne*. In Ezra Suleman e Henri Mendras. *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: Editions la Découverte, 1995, p.9. O termo *Governo* deve ser entendido como a representação de *um conjunto complexo e contingente de relações sociais que resume a tomada conjunta de decisão*, assim como expressões como *monarquia* e *Estado imperial* referem-se às instituições que congregam essas relações, onde se encontram os funcionários mais poderosos, os grupos aliados ao governante e que controlam o processo político, assumindo muitas vezes o papel de mediadores. Ver C. Tilly, *Coerção, capital e estados europeus, 1990-1992*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 85-86.

Fundamental ao entendimento desse processo torna-se a identificação das redes de sociabilidade e parentesco que se podem observar a partir das elites reunidas no Conselho de Estado e suas relações de continuidade no que se refere aos principais grupos econômicos do país e às oligarquias regionais, as antigas famílias que desde o período colonial controlavam os poderes locais e estendiam sua esfera de influência não só para além dos próprios limites provinciais, como em direção ao poder central<sup>3</sup>.

Nesse contexto o capital e poder político de um indivíduo correspondiam não apenas ao seu *status*, mas ainda à sua capacidade de oferecer e retribuir benefícios, em um amplo esquema de trocas cuja função estruturante, no entanto, verificava-se em um nível mais cotidiano das relações de poder. Na prática consistiam em aspectos informais a conviver com as estruturas formais de ordenação política e social, transformando-se progressivamente em práticas marginais, na proporção em que se complexificava o aparelho de controle e administração do Estado<sup>4</sup>. As relações que essas redes retratam expõem uma estrutura social na qual a própria identidade individual ainda se encontrava fortemente vinculada a relações familiares e redes sociais, o que fazia com que, com frequência, antes de homens públicos, fossem representantes dos interesses de grupos e famílias que os aproximaram do poder. Assim, a noção de rede complementa a compreensão do sentido que assume o termo *elite* pela consideração de que formam grupos com identidades construídas a partir de suas relações, crenças e práticas políticas<sup>5</sup>.

Portanto, para que o Conselho de Estado seja considerado como instrumento para a análise da ação e do comportamento das elites, é preciso ampliar a abordagem no sentido de entender essas elites não como a representação de um grupo isolado, a partir de suas características internas de formação e composição, mas considerando ainda suas relações com a sociedade, através das redes de alianças e interesses que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor. Assim, pretende-se enunciar

<sup>3</sup> Segundo M. Gribaudi a noção de rede social é entendida como a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais. Ver Henrique E Lima. *Microhistória: escalas, indícios e singularidades*. Campinas, 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. mimeo., p. 21.

<sup>4</sup> Angela Xavier e A M Hespânia. As Redes Clientelares. In José Mattoso (dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998, v.4, p. 339.

<sup>5</sup> Tais crenças correspondem a uma *cultura política*, entendida no sentido do conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização política-administrativa, resultado de um longo e dinâmico movimento de interações e acumulação de conhecimentos e práticas. Jacques Lagroye. *Sociologie Politique*. Paris: Dalloz, 1991, p.369. Ver também Serge Bernstein. A cultura política. In: JP Rioux e JF Sirinelli (dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

95  
Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

a importância das redes demonstrando os laços que historicamente uniam os conselheiros ao poder econômico e político – fossem os representantes das altas finanças e do grande comércio, os ricos negociantes coloniais e seus *herdeiros* no século XIX, incluindo os novos empresários e empreendedores, ou suas relações com os poderes locais e os grandes proprietários rurais. Para tal, busca-se investigar a própria dinâmica de funcionamento dessas redes tomando por base uma personagem específica e suas relações no interior de uma grande rede de negociação e alianças.

### *A rede vista por dentro: o conselheiro visconde do Cruzeiro*

Quando o Brasil ainda vivia sob a égide da incansável monarquia de Pedro II e o Império se via abalado pela nova onda de debates em torno da escravidão, a eloqüente dinâmica da política imperial colocava na ordem do dia o nome do então presidente da Câmara dos Deputados, o político fluminense Jeronymo José Teixeira Junior. Entre as figuras que se destacavam naqueles dias nervosos, que marcaram a votação do projeto de emancipação dos nascidos de ventre escravo — considerado então o passo definitivo para a abolição da escravidão no país —, surge em cena o nome de Teixeira Jr., que declarava seu apoio incondicional à causa emancipacionista. Dessa forma, ao aliar-se ao então presidente do conselho, visconde do Rio Branco, e ao líder do governo João Alfredo Correia de Oliveira, tomava partido em uma encarniçada luta, na questão que naquele ano de 1871 dividiria irreversivelmente o velho Partido Conservador, provocando uma onda de desarticulações que se propagaria com ânimo surpreendente pelos quatro cantos do Império.

Quatro anos mais tarde, em 1875, em meio às instabilidades que marcaram as últimas décadas do Império, D. Pedro II consagrava definitivamente o já senador e futuro visconde do Cruzeiro Jerônimo José Teixeira Junior (visconde com grandeza por decreto de 13 de Junho de 1888) ao nomeá-lo para o Conselho de Estado, alçando-o a uma posição na qual já se destacavam grandes representantes da política imperial. A nomeação vinha efetivamente coroar uma ininterrupta carreira legislativa que se iniciara em 1854, ano de sua primeira eleição para a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, à qual se seguiriam diversas outras, até sua escolha para o Senado, em 1872.

Um olhar mais aproximado sobre a trajetória do visconde do Cruzeiro revela complexos mecanismos e estratégias que para serem

compreendidos em sua globalidade demandam uma análise mais abrangente, que extrapole a tradicional avaliação das carreiras profissionais de forma a visualizar como efetivamente se concretizavam as ações e negociações inerentes à cultura política do período.

A figura do visconde do Cruzeiro, além de sua própria trajetória, marcada pela multiplicidade de funções, relações e atividades, apresenta outras vantagens para esse tipo de análise. Em princípio, sua carreira até então nada trazia de excepcional e pouco se compararia à daqueles que em tempos idos haviam alcançado uma nomeação para o Conselho de Estado. Como ele, diversos foram os deputados e senadores fluminenses que em sucessivas oportunidades ocuparam os altos cargos do Executivo sem que esses históricos lhes garantissem uma nomeação para a instituição. Embora senhor de considerável fortuna, também não parecia especialmente importante nas finanças como tantos outros capitalistas e negociantes de sua geração, como o conde de São Clemente ou o barão de Mesquita, nem seus empreendimentos particulares poderiam angariar-lhe uma fama de empresário visionário, como o visconde de Mauá. Seus dotes intelectuais nunca o destacaram de seus contemporâneos; não foi jornalista, não escreveu compêndios, não foi referência como jurista, não era paladino do conservadorismo nem lutador incansável na militância liberal.

Assim, seria natural que o nome do visconde do Cruzeiro passasse despercebido em meio a uma constelação de estrelas de primeira grandeza com as quais se identifica usualmente a política imperial, os grandes líderes partidários, os grandes sábios das finanças e das leis, não fosse a atitude do imperador em nomeá-lo conselheiro de Estado. Se esse gesto foi apenas ditado por reconhecimento aos serviços prestados ao país na causa abolicionista, é certo, porém, que Cruzeiro detinha outras qualidades e dons que lhe permitiram alcançar tal posição. São exatamente essas características que possibilitam atingir um outro nível na análise das relações que rondavam os bastidores da alta cúpula política do país.

A trajetória e as relações pessoais do visconde do Cruzeiro podem ser reconstituídas a partir de sua correspondência. Além de tratar-se de um conjunto documental que atravessa quatro décadas, entre 1850 e 1890, também reflete aspectos específicos de sua carreira, particularmente rica quanto a relações de parentesco, ação política, alianças negociadas com os poderes locais e envolvimento com a área econômica e financeira no Segundo Reinado. Analisando-se, assim, o

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

conjunto de cerca de 300 cartas recebidas por Cruzeiro, é possível perceber as variações que assinalavam suas estratégias, bem como daqueles que integravam suas redes de relacionamentos.

Nascido no Rio de Janeiro em 1830 e falecido em Roma em 1892, Teixeira Junior era filho do que seus biógrafos apresentam como um comerciante português de modestas origens, Jerônimo José Teixeira, nascido na cidade do Porto, da qual provinham também seus avós paternos. Entretanto é provável que suas origens não fossem tão modestas, uma vez que já nas primeiras décadas do século XIX encontrava-se seu pai na Corte, onde conhecera e contratara casamento com Ana Maria Netto Leme, filha de um rico comerciante, João Netto Carneiro Leme. Nascido em 1774 na vila de Paracatu, Minas Gerais, onde falecera em 1842, Carneiro Leme provinha da família Carneiro Leão, que se estabelecera nessa região atraída por suas ricas minas, onde o ouro abundava e, dizia-se, era ainda de fácil extração.

Os Carneiro Leão parecem ter chegado em Paracatu na década de 1760, quando ali se estabeleceram os pais de João Netto Carneiro Leme, Ana Maria Leme, natural do Tijuco e descendente dos tradicionais Lemes de São Paulo, e o capitão Antônio Netto Carneiro Leão, por sua vez, bisneto do casal Pedro Carneiro e Maria Antônia Leão, tronco da poderosa família que possuía ramos em Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro (ver Diagrama anexo). Em Paracatu, a família enriqueceu e deitou ramos por outras localidades na província, como Vila Rica, onde se estabeleceu um dos filhos de Antônio Neto<sup>6</sup>.

Vivendo na Corte até 1830, João Netto ali se destacou como respeitável e bem relacionado negociante. Sua fortuna parece ter origem com uma fábrica de preparar arroz, mas logo se dedicou ao comércio de alimentos por comissão e, principalmente, ao comércio de escravos, negociados com a província de Minas Gerais e com a própria província do Rio de Janeiro.

João Netto casara uma de suas filhas com Jerônimo José Teixeira e outra com seu sobrinho — filho de seu irmão Antônio

<sup>6</sup> Entre os demais descendentes do casal tronco da família Carneiro Leão, também originária da cidade do Porto (assim como José Jerônimo Teixeira), destacam-se o neto Manoel Carneiro Leão (1685-1740), senhor de engenhos em Jaboatão, originando o ramo Pernambucano da família, e o bisneto Braz Carneiro Leão (1732-1808), fidalgo da Casa Real e familiar do Santo Ofício, que se instalou no Rio de Janeiro. Seus herdeiros fizeram importantes casamentos na Corte, unindo a família aos mais representativos nomes da administração régia, como o intendente de polícia e desembargador do Paço Paulo Fernandes Vianna, os futuros ministros de Estado marquês de Baependi e visconde de Cachoeira, e o marquês de Maceió, filho do secretário de Estado português conde de Linhares.

Netto Carneiro Leão — Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês de Paraná, que logo surgiria como um dos mais influentes políticos de sua geração. A partir do casamento com a prima, Honório Hermeto tornava-se ainda cunhado de Jerônimo Teixeira e tio do visconde do Cruzeiro.<sup>7</sup>

Na Corte, certamente tirando todo o proveito de suas boas relações com o sogro Carneiro Leme, Jerônimo José Teixeira firmou-se como negociante e capitalista, carreira na qual cedo se iniciaria seu filho. Por sua vez, Teixeira Júnior era freqüentador assíduo da casa do tio, e ali o marquês de Paraná mostrara-se disposto a compartilhar o que provavelmente tinha de melhor, ou seja, sua amizade e proteção, bem como proporcionar a enriquecedora convivência em um círculo de políticos, intelectuais e capitalistas que lhe seria fundamental nos anos que viriam. Em 1852, quando Teixeira Júnior ainda se encontrava em São Paulo, cursando a Faculdade de Direito, escreveu-lhe Paraná: *Glorio-me muito com as notícias que tenho de sua aplicação e do crédito que vai ganhando no conceituado público, e espero que esse crédito seja um estímulo para redobrar o trabalho e aplicação, com os quais unicamente deve contar*<sup>8</sup>.

Mas Teixeira Júnior teria muito mais com o que contar, além de seus talentos acadêmicos. Tão logo retornou de São Paulo casou-se com a prima Maria Henriqueta Carneiro Leão, filha do próprio Paraná, obtendo diretamente o apoio político e social que poderia fornecer a rede na qual se inseria seu tio e agora sogro, além das vantagens que já possuía em função do nome de seu pai e avô.

Por outro lado, sua vivência em São Paulo ilustra a importância das academias para a formação e reiteração das relações pessoais e laços de sociabilidade. Na Faculdade de Direito retomou suas atividades jornalísticas, iniciadas nos tempos de estudante secundarista, como um dos fundadores do *Ensaio Philosophico Paulistano*, do qual faziam parte

<sup>7</sup> O visconde com grandeza e marquês de Paraná (MG, 1801 – RJ, 1857) começou a carreira da magistratura como Juiz de Fora em S. Sebastião (SP) em 1826, chegando a desembargador da Relação de Pernambuco e Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi deputado na Assembléia Geral de 1830 a 1841, senador por Minas Gerais em 1842, ministro plenipotenciário em missão especial no Rio da Prata em 1851, presidente das províncias de Pernambuco em 1848 e do Rio de Janeiro em 1841, além de ministro da Justiça em 1832, da Fazenda e presidente do Conselho no 12º Gabinete de 1853, articulando o chamado *gabinete da Conciliação*, quando ocupou a diretoria do Banco do Brasil (1853-1854). Foi nomeado para o Conselho de Estado em 1842.

<sup>8</sup> Henrique C L Teixeira Filho. Conselheiro de Estado e Senador do Império Jeronymo José Teixeira Junior, visconde do Cruzeiro: comemoração do seu centenário natalício. In: *RIHGB*, n. 164, 1931, p. 357-388, p. 366.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

os futuros ministros e conselheiros de Estado Paulino Soares de Sousa, Andrade Figueira e Manoel Francisco Corrêa, além de seus antigos colegas do Colégio Pedro II, como Ferreira Vianna, André Fleury e Duarte de Azevedo. Entre os formandos de 1853, ano em que coincidentemente subia ao poder o gabinete chefiado por seu tio Paraná, encontravam-se ainda o primo Honório Hermeto Carneiro Leão, Braz Monteiro de Barros, André Araújo Lima (filho do antigo regente marquês de Olinda) e o futuro negociante e capitalista Bernardo Clemente Pinto, conde de Nova Friburgo, com quem Teixeira Júnior desenvolveria especial amizade.<sup>9</sup>

Dividindo-se entre os negócios do pai, que diretamente se beneficiara do legado do sogro Carneiro Leme, e a carreira política, sob o patronato de seu tio e sogro Paraná, Teixeira Júnior logo se tornou deputado provincial em duas legislaturas, desde 1854 até 1858, representando igualmente o Rio de Janeiro na Assembléia Geral entre 1869 e 1872, presidindo ainda a Câmara dos Deputados entre 1871 e 1872, quando se tornou senador. Nomeado ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1870, permaneceu no cargo por apenas três meses. Em 1875 foi nomeado conselheiro de Estado extraordinário, tornando-se conselheiro ordinário em 1879.

Paralelamente, seguindo os passos do pai e do avô materno, Teixeira Júnior surgia como um importante negociante e capitalista — já aparecendo como tal no Almanaque Laemmert desde 1858, portanto, quando ainda contava 28 anos de idade. Foi ainda fundador e presidente da Companhia de Navegação Niterói & Inhomirim em 1855<sup>10</sup>, ano em que se tornou um dos diretores da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, com apenas 25 anos de idade, na presidência do engenheiro e político mineiro Cristiano Benedito Ottoni, junto com Luis Peixoto de Lacerda Werneck — filho do cafeicultor barão de Paty do Alferes

<sup>9</sup> Henrique C L Teixeira Filho. Op. cit., p. 366-7. Os irmãos Clemente Pinto, Bernardo e Antônio, respectivamente conde de Nova Friburgo e conde de São Clemente, eram filhos de Antônio Clemente Pinto, barão de Nova Friburgo, homem de negócios que enriqueceu como comissário do café e, mais tarde, como fazendeiro em Cantagalo. Segundo Richard Graham, por volta de 1850, período em que já começa a diversificar seus negócios, era um dos homens mais ricos da província do Rio de Janeiro. Seus filhos, como capitalistas, não só herdaram como expandiram as áreas de atuação e a fortuna do pai, inclusive por seus casamentos. Sobre a família Clemente Pinto ver R. Graham, 1850-1870. In: Leslie Bethell, *Brazil Empire and Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 131.

<sup>10</sup> A Companhia existiu até 1864, mas contou com a presidência de Teixeira Júnior apenas até 1857. Fazia a ligação entre a Corte e Botafogo, Niterói e Porto da Estrela e resultava da fusão, em 1855, da Companhia de Niterói, criada antes de 1844, com a Companhia de Navegação do Rio Inhomirim.

—, e da qual se tornaria vice-presidente em 1859<sup>11</sup>. Sua entrada na diretoria da empresa foi atribuída à sua amizade com Irineu Evangelista de Souza, barão de Mauá — a quem anos antes associara-se seu pai, como sócio comanditário na Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia<sup>12</sup> —, assim como a eleição para a diretoria do Banco do Brasil em 1865 é considerada obra de um outro amigo pessoal, Torres Homem, visconde de Inhomirim. Teixeira Júnior foi ainda suplente da direção do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro (1856-1857), diretor e membro do Conselho Fiscal do Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro, após 1873, fiscal por parte do governo do Banco Comercial e Agrícola e provedor da Santa Casa de Misericórdia<sup>13</sup>.

Sua atuação no Conselho de Estado, entre 1876 e 1889, em geral na própria seção de Fazenda, ocorreu simultaneamente ao cargo de diretor do Banco Industrial e Mercantil, entre 1876 e 1885. Anteriormente já havia sido diretor do Banco do Brasil entre 1865 e 1869, além do envolvimento com diversas companhias comerciais e sociedades anônimas, acumulando fortuna calculada em aproximadamente 2:400.000\$000, concentrada em títulos e apólices<sup>14</sup>.

A prematura ascensão e a bem sucedida trajetória de Teixeira Júnior permite compreender como se desenvolviam as redes de relacionamentos, a cujos laços familiares eram acrescidos aqueles originados pela convivência em diferentes espaços de sociabilidade — como as instituições educacionais, irmandades religiosas, corpo diretor

<sup>11</sup> Cristiano Benedito Ottoni (1811-1906), engenheiro, seguiu carreira política, primeiro como deputado à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 1835, e depois como deputado geral em 1848, 1861 e 1864, sempre por sua província natal, Minas Gerais. Fiel ao Partido Liberal, assinou em 1870 o manifesto republicano de 3 de Dezembro. Em 1879 foi escolhido senador pela Província do Espírito Santo e recusou a nomeação para o Conselho de Estado em 1882. Considerado um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da estrada do ferro no Brasil, Ottoni foi o primeiro presidente da Companhia Estrada de Ferro d. Pedro II, organizada em 1855, e autor da obra *O Futuro das estradas de ferro no Brasil* (1859). Era irmão do político mineiro Teófilo Ottoni.

<sup>12</sup> Devo essa informação ao historiador Dr. Carlos Gabriel Guimarães, a quem agradeço.

<sup>13</sup> A presença de fiscais do governo nas casas comerciais e bancárias não correspondia apenas aos momentos de crise, ou na liquidação das empresas, mas traduzia uma estratégia do governo para exercer um certo controle do mercado e das atividades financeiras, que se acentuaria mais tarde. Ver João L.R. Fragoso e Maria Fernanda V. Martins. As elites nas últimas décadas da escravidão - as atividades econômicas dos grandes homens de negócios da Corte e suas relações com a elite política imperial, 1850-1880. In: Manolo Florentino e Cacilda Machado (orgs.). *Ensaio sobre escravidão*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

<sup>14</sup> Testamento de Jerônimo José Teixeira Junior, visconde do Cruzeiro. In: ANRJ – Recebedoria do Rio de Janeiro. Verbas testamentárias. n.42 liv. 61 fl.47, gal. B.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

de companhias e instituições culturais e científicas, bem como na própria política — que freqüentemente reforçavam os elos de parentesco. Ao longo de sua vida Cruzeiro soube tirar proveito de tudo isso: membro do Partido Conservador, manteve sempre amizades supra-partidárias, que lhe permitiram relações próximas com políticos importantes, alguns dos quais amigos de seu sogro marquês de Paraná — como os conselheiros Itaboraí, Uruguai, Olinda, Abaeté, Torres Homem, Rio Branco, Nabuco de Araujo, Bom Retiro e Caxias — e outros, como seu primo conde de Baependi, o compadre barão de Mauá, Ferreira Vianna, Francisco Otaviano, São Clemente e o mineiro Cristiano Ottoni. Além da Corte, possuía sólidas alianças na província de São Paulo, através de personagens como o barão de Tietê, seu filho Rodrigo Augusto da Silva e os irmãos Ribeiro de Andrada.

Quanto à carreira política, Teixeira Júnior concentrara-se em sua própria província, ligando-se aos poderosos políticos e cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, distrito eleitoral pelo qual se elegeria em diversas oportunidades. Embora suas relações nessa região em grande medida estivessem garantidas graças à presença de seus parentes, Cruzeiro não descansaria apenas na poderosa sombra de Paraná. Não escaparia a um observador menos atento suas reiteradas tentativas de construção de uma teia de influências e alianças que precisava se reconstruir e se ampliar progressivamente, na proporção em que cresciam suas ambições políticas e eleitorais, e em consonância com a própria dinâmica do cenário político.

A partir das redes herdadas, entre negociações e trocas de favores, pareciam ainda fundamentais os esforços contínuos no sentido da perpetuação e consolidação dessas alianças, o que também buscou através dos casamentos de seus filhos, unindo-os a famílias como Leite de Carvalho — que incluía os barões de Rio Negro, Barra Mansa e de Amparo —, Teixeira Leite — composta por banqueiros e capitalistas na região de Vassouras —, Sayão Lobato — família mineira à qual pertencia o conselheiro visconde de Niterói e o juiz do Supremo Tribunal de Justiça visconde de Sabará —, Pereira de Faro, Mendes de Almeida e Soares de Sousa.

Representando apenas um nó nessa intrincada rede, ao longo de sua trajetória nela Cruzeiro assumiu diversos papéis, acompanhando diferentes contextos e conjunturas de sua própria carreira. Para os fazendeiros do vale fluminense era um político cada vez mais influente na Corte, que soubera construir sua própria autoridade para além da figura de seu sogro; para os companheiros do Colégio Pedro II e da Faculdade de Direito podia conseguir cargos na administração pública;

para os políticos da Corte era um interlocutor necessário com os poderes locais; para alguns, e dependendo das circunstâncias, seria unicamente o genro do marquês de Paraná, para outros o filho de Jerônimo José Teixeira, e para todos podia ser apenas o diretor e vice-presidente do Banco do Brasil ou da Estrada de Ferro d. Pedro II, onde arranjaria colocações para protegidos, filhos e sobrinhos de amigos e parentes, mecanismo que propiciava a ampliação e consolidação de suas redes políticas.

A partir da correspondência de Teixeira Jr. pode-se observar que as redes integravam diferentes personagens, envolvidas em relações variadas, capazes, inclusive, de unir políticos que se encontravam em lados opostos. Tais circunstâncias podem ser exemplificadas na enigmática carta que lhe enviara Francisco Otaviano em 1872, em cujo relato nota-se a reunião, em uma mesma articulação, de figuras em princípio tão díspares e distantes como um vigário local e o presidente do Conselho de Ministros, e que permite antever a familiaridade e cumplicidade da amizade que unia o conservador Teixeira Jr. a Francisco Otaviano, então um dos principais chefes do Partido Liberal, ao lado de Sousa Franco e Cristiano Ottoni:

Meu caro Jerônimo, aí vai a carta da baronesa de Petrópolis. Ponha-lhe o endereço. Meu sogro também vai fazer minha cunhada Orminda escrever à filha do Magalhães para que amanse o pai. O Monte Belo respondeu-me o que verás. A brecha se vai fazendo. Escrevo ao vigário hoje, que também é meu amigo. Manda ao Paranhos a carta do Monte Belo para que se mexa. Seu amigo, Francisco Otaviano.<sup>15</sup>

Há inúmeras correspondências que atestam a importância do capital político, social e econômico controlado por Teixeira Júnior, que pode aqui ser percebido como centro de um jogo de inúmeros parceiros

<sup>15</sup> ANRJ. Carta de Francisco Otaviano. 16 de fevereiro de 1872. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1. Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), advogado, jornalista e político, formado em Direito por São Paulo em 1845, no Rio trabalhou em diversos jornais. Membro ativo do Partido Liberal, signatário do manifesto do Centro Liberal, foi também deputado geral por sua província desde 1852 e a ela representou no Senado após 1867. Como jornalista e deputado, participou ativamente das campanhas e da elaboração da Lei do Ventre Livre em 1871, o que talvez explique sua ligação com o visconde do Cruzeiro. Quanto às personagens mencionadas, a baronesa de Petrópolis era Inês de Valladão Pimentel, casada com o médico da casa imperial Manuel de Valladão Pimentel (1812-1882); o sogro de Otaviano era o capitalista e empresário baiano Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, antigo concessionário da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco em 1853; Monte Belo era Joaquim Marinho de Queiroz, fazendeiro no município de Araruama; e Paranhos era o então presidente do Conselho de Ministros, visconde de Rio Branco.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

e que tinha como regra básica um complexo esquema envolvendo relações de parentesco e de amizade e troca de favores pessoais com finalidades diversas.

Cristiano Benedito Ottoni, por exemplo, companheiro de Cruzeiro na diretoria da Estrada de Ferro, solicitava-lhe favores políticos com a mesma naturalidade com que estadistas como Nabuco de Araújo e Torres Homem pediam a proteção para seus *recomendados* em cargos na Companhia Pedro II. Por sua vez, Mauá procurava tirar proveito da influência de Cruzeiro junto ao Banco do Brasil — instituição que havia sido dirigida por seu tio Paraná —, assim como o conselheiro de Estado visconde de Abaeté tinha-o como sócio em negócios financeiros particulares.

Já em 1856, três anos após ter deixado São Paulo, Teixeira Júnior recebeu correspondência de Felix Xavier da Cunha, um antigo colega da Faculdade de Direito naquela cidade, que solicitava para um protegido o cargo de feitor da Alfândega do Rio Grande do Sul. Note-se que Teixeira Júnior, então apenas deputado provincial, cedo seria lembrado do poder político de sua família, uma vez que o olhar atento de antigas amizades já o inseria no *círculo dos grandes*:

Jerônimo,

Perante a sociedade já não és o que foste; em breve o estudante de São Paulo, arrebatado nas asas da fortuna achou-se na elevada posição em que hoje se senta, e ajudado pelo seu talento, a sua forte vontade, o teu grosso patrimônio e (para ser franco) pelo patronato, tu que hoje tens o teu lugar de distinção no círculo dos grandes, deves melhor do que eu reconhecer que o talento só por si de nada vale sem o impulso de um homem de influência e de consideração para a sociedade(...) apesar de ocupado, saberás roubar um minuto para levar o incluso requerimento a teu sogro que, instado por ti, deferirá impreterivelmente. Teu amigo ...<sup>16</sup>

De fato, Teixeira Júnior já se beneficiava da importância e prestígio político do marquês de Paraná. Em 1855 a Seção do Império do Conselho de Estado, formada então pelos marqueses de Monte Alegre, Sapucaí e Olinda, emitiu parecer favorável para a criação da Companhia de Navegação Niterói & Inhomirim, da qual era Teixeira Júnior fundador e presidente, aprovando sem restrições seus estatutos e as condições para exploração desse serviço. No ano seguinte, quando Paraná ainda se encontrava na presidência do Gabinete da Conciliação (1853-1857),

<sup>16</sup> ANRJ. Carta de Felix da Cunha. Pitangui, 21 de abril de 1856. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1 Doc.211.

Teixeira Júnior recebeu a minuta do contrato para renovação da concessão comentada pelo próprio ministro do Império, barão de Bom Retiro, que lhe dava alguns valiosos conselhos e esclarecimentos e assegurava ainda seu encaminhamento através de Paraná<sup>17</sup>.

Assim como ocorreria com Bom Retiro e Nabuco de Araújo, antigos laços o ligariam também ao futuro conselheiro de Estado José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, talvez porque todos os três haviam composto o Gabinete da Conciliação. Também com Paranhos há ampla correspondência, onde se percebe a afabilidade e a disposição em ser útil ao sobrinho e genro de Paraná:

Não sou o amigo deslembado que alguns supõem; o meu defeito é não saber agradar pelas aparências, sentir mais do que digo. Mas vamos ao positivo. Acaba de falecer o sr. Motta Araújo, procurador fiscal da tesouraria provincial do Rio de Janeiro. Se este lugar lhe convier deve V. Sa. prevenir o presidente da província. Não me dou com este senhor, mas eu vou recorrer ao marquês de Caxias. Isto é apenas sinal de que sou e quero ser seu amigo afetuoso ...<sup>18</sup>

Note-se nesse episódio como as redes podiam ser acionadas. O presidente da província do Rio de Janeiro era, então, Luis Alves Leite de Oliveira Belo e a intermediação de Caxias foi certamente aventada em virtude de sua ligação com os mineiros Oliveira Bello, parentes de Caxias por parte de sua mãe, Mariana Cândida de Oliveira Bello, filha de Luiz Alves de Freitas Bello, antigo comandante de milícias na comarca do Rio das Mortes<sup>19</sup>.

No início de sua carreira, Teixeira Júnior é mais procurado por sua influência junto a seus parentes, fosse o pai, o tio, ou as amizades

<sup>17</sup> ANRJ. Carta de Luiz P. do Couto Ferraz, barão do Bom Retiro. Corte, 24 de janeiro de 1856. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1. Na correspondência dizia ainda Bom Retiro: *Nada carece declarar-se a respeito das multas, por não ter sido cumprida a condição das viagens de meia em meia hora; Porque para isto basta um despacho em requerimento vosso, onde a diretoria deve fazer ao governo pedindo ser relevada das ditas multas. Desejo que examine o objeto com toda a minuciosidade, e a ser possível devolver-me os papéis no sábado por intermédio do próprio marquês (...) a fim de que eu possa logo mandar lavar o contrato e ser assinado por V. S. na segunda ou terça feira o mais tardar. Creio que não escapou circunstância alguma ...* Bom Retiro parece ter se mantido como seu consultor acerca desse negócio, já que anos mais tarde surge nova correspondência, através da qual sugere alterações que julgava serem indispensáveis, e enviava *os artigos de renovação do contrato vigente de navegação da Companhia de que V.Sa. é digno presidente.* ANRJ. Idem. Corte, 19 dezembro de 1863. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1.

<sup>18</sup> ANRJ. Carta do visconde do Rio Branco. Corte, 21 de junho de 1861. Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1.

<sup>19</sup> Francisco K Werneck. *História e Genealogia Fluminense*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1947. cap. VIII.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Luiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

que estes lhe proporcionavam. Certamente é a eles que se refere Cristiano Ottoni quando solicita a Cruzeiro *o favor de algumas cartas para São Paulo apresentando meu sobrinho, Theóphilo Benedito Ottoni, para a Faculdade de Direito*<sup>20</sup>. Entretanto não se tratam apenas de favores pessoais. As redes possibilitavam a concretização de benefícios e projetos pessoais e o desenvolvimento de relações políticas. No caso de Ottoni, essas preocupações são visíveis inclusive pela variedade de usos que concede à amizade de Teixeira Júnior, que incluía a recomendação e benefícios a terceiros.

O mesmo sentido observa-se, por exemplo, na correspondência enviada pelo futuro conselheiro de Estado José Thomaz Nabuco de Araújo, que em 1858 solicitava a Cruzeiro que intercedesse para que o cunhado fosse *nomeado médico da companhia de Seguros de Vida denominada Tranqüilidade, da qual é o mesmo sr. seu pai diretor. Por um tal favor muito grato serei a V. Ex. a quem dedico simpatia e amizade*<sup>21</sup>.

Da mesma forma, lembrando os esforços que havia realizado previamente em prol da candidatura de Cruzeiro, escrevia-lhe o mais tarde duque de Caxias:

Meu genro Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama é candidato a um dos lugares de membro da Assembléia Provincial pela nossa província e representa-a pelo 3º distrito, onde tem sua fazenda, e por onde já tem sido eleito duas vezes; e eu lhe rogo que faça por ele o que faria por mim, se fosse eu o candidato. Escuso dizer-lhe quão conto como certo que trabalhará por ele da mesma maneira por que eu o fiz e hei de continuar a fazer por V.E. em Valença nas últimas eleições.<sup>22</sup>

Os pedidos de apoio eleitoral não se restringiam a seus relacionamentos na Corte. João de Almeida Teixeira Filho, colega de São Paulo com quem parecia ainda ter algum grau de parentesco, também lhe escreve pedindo a intervenção do marquês de Paraná. Observa-se nesse caso a importância que poderia representar a um político regional a amizade com alguém que possuía canais abertos com o poder central, basicamente no que se referia ao acesso a informações específicas. João de Almeida, após relatar em minúcias as

<sup>20</sup> ANRJ. Carta de Cristiano Ottoni. Corte, 1858. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx

<sup>21</sup> ANRJ. Carta de Jose Tomaz Nabuco de Araújo. Corte, 18 de fevereiro de 1858. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc. 63.

<sup>22</sup> ANRJ. Carta do duque de Caxias. Corte, 2 de janeiro de 1862. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc. 166.

articulações políticas locais, declarou que esperava ser candidato do governo pelo círculo do município fluminense de Campos, embora começassem a circular boatos de que o governo apresentaria como candidato o barão de Carapebus:

(...) alguns amigos meus tiveram logo apreensões de minha candidatura, mas tranqüilizei-os, dizendo que o governo, por notícias que tinha, conservaria-se neutro na eleição de Campos (...) Agora quererá saber a sua curiosidade o que significa toda essa história que acabo de contar-te! E vou responder-te. Desejo que me fales com franqueza se por alguma intriga ou qualquer outro motivo está com efeito nas vistas do governo proteger e apoiar a candidatura do barão de Carapebus contra mim, ou se mereço ou o apoio ou ao menos a neutralidade. Sabes que isso me interessa muito, porque se é inexato o que se diz acerca da apresentação do barão por parte do governo como candidato, posso estar tranqüilo e não desesperar de uma luta que, a não intervir o governo, pode ser-me fácil e de poucos esforços, mas que em caso diverso torna-se difícilíssima, porque não é igual, e augura as mais das vezes um triste resultado (...)<sup>23</sup>

Mais adiante solicitava outro favor, envolvendo diretamente o marquês de Paraná:

Desejo merecer de ti um outro favor, e muito especial, que é esforçar-te a pedir ao sr. marquês a composição do círculo de Campos da forma seguinte: os três municípios da comarca de Campos, que são Campos, São João da Barra e São Fidélis, e as duas freguesias de Quissamã e Carapebus, que pertencem ao município de Macaé. Esta divisão é a mais natural (...) Se me consegues esta divisão, mesmo sendo excluída a freguesia de Carapebus, dou-te um doce, um belo mimo de amigo velho. O círculo assim composto dará 131 eleitores.<sup>24</sup>

Tais exemplos demonstram como poderiam ser complexas essas negociações e como a troca de benefícios envolvia permanentemente escolhas variadas, tanto mais árduas quanto mais amplas fossem as redes

<sup>23</sup> ANRJ. Carta de João de A. Teixeira Filho. Quissamã, 15 de junho de 1856. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1.

<sup>24</sup> Idem. O início da carta revela a íntima amizade que os unia: *Como vais e o que me dizes do futuro? Para ti as flores e o horizonte brilhante do porvir, e a mim as goivas do passado, e algumas flores enviadas do futuro. Assim deves ser, para que não se alterem a ordem natural das coisas. Deixemos porém a (?), que ambos somos casados, e dizia Byron que o hymeneu faz saltar aquela feiticeira donzela pela janela, e por isto não o desmintamos.*

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

de relacionamentos. Nesse caso, deve-se observar que, embora João de Almeida alegasse parentesco e laços de compadrio, o barão de Carapebus, Joaquim Pinto Netto dos Reis, era uma importante liderança local na região de Campos, no norte da província, onde detinha a patente de tenente-coronel comandante da Guarda Nacional. Não se conhece a resposta de Cruzeiro, mas ele certamente consideraria o fato de que o citado barão era ainda aparentado aos Nogueira da Gama pelo casamento de seu filho, o segundo conde de Carapebus Antonio Dias Coelho Netto dos Reis, com a filha do conde de Baependi, por sua vez primo e aliado político do marquês de Paraná e compadre do próprio visconde do Cruzeiro.<sup>25</sup>

Longa e plena de correspondências e troca de favores parecia ser também a amizade que unia Cruzeiro ao barão de Mauá. Em carta datada de 1858, por exemplo, comentando o empréstimo de 200 mil libras que o governo imperial havia recebido da Inglaterra, Mauá pedia a interferência de Cruzeiro para que este valor fosse depositado em sua casa bancária, criticando abertamente a atuação do Banco do Brasil e alegando que, tendo em vista situações semelhantes anteriores, o dinheiro não seria bem empregado nem investido corretamente se fosse destinado àquela instituição. Lembrando os laços que os uniam tanto quanto sua disposição na defesa dos interesses nacionais, dizia:

Ainda espero e conto com o voto do meu compadre, quer como meu amigo, como brasileiro interessado no bem do país, como diretor da Estrada de Ferro e como representante da nação, por ver que em qualquer dessas hipóteses é um bem a vinda do dinheiro para a Casa Mauá e um MAL o seu ingresso no Banco do Brasil.<sup>26</sup>

Nesse período, Teixeira Júnior já havia começado sua campanha para integrar a diretoria do Banco do Brasil — instituição na qual só ingressaria, no entanto, em 1865 —, para o que lhe seria especialmente útil sua amizade com o barão de Tietê, José Manuel da Silva (1793-1877), que conhecera em São Paulo. Natural dessa província, Tietê unira-se por casamento à poderosa família Leite de Barros. Negociante e capitalista, foi vice-presidente da província paulista em 1839 e ali deputado provincial em diversas ocasiões. Em carta datada de 1855, Tietê agradecia a Cruzeiro tudo o que ele vinha fazendo na Corte por

<sup>25</sup> Segundo o Almanaque Laemmert de 1857, tanto João de Almeida quanto Antônio Dias se elegeram para as duas vagas que correspondiam ao círculo de Campos (4º distrito). Almanaque Laemmert de 1857, p.73.

<sup>26</sup> O destaque na palavra *MAL* é dado pelo próprio Mauá. ANRJ. Carta do barão de Mauá, Corte, 20 de outubro de 1858. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1.

seu filho, o futuro senador por São Paulo Rodrigo Augusto da Silva, acrescentando: *mande-me suas ordens*. Cinco anos depois as *ordens* chegaram. Tietê era presidente da filial do Banco do Brasil e da Caixa Econômica em São Paulo e, como tal, empenhou-se na nomeação do colega:

(...) remeto-lhe incluso a minha procuração e de mais dois amigos, que lhe darão 18 votos, que estimarei que aproveite, pois vejo que a administração do Banco do Brasil está com necessidade de pessoas inteligentes como é V.E. Se eu arranjar mais alguns como espero, lhe hei de remeter, pois são poucos os acionistas que faltam dos que podem votar, visto que da maior parte já foram remetidas como sabe, ao dr. Costa Pinto pelo barão de Iguassu.<sup>27</sup>

Outro aspecto a ser considerado, paralelamente, refere-se às negociações e alianças para suas campanhas eleitorais, quando procurava angariar a simpatia dos fazendeiros da região que compunha o terceiro distrito eleitoral da província do Rio de Janeiro. Já em 1860 Teixeira Júnior enviava ao corpo de eleitores uma carta circular na qual se apresentava e relatava sua carreira, solicitando *o muito especial obséquio de facultar-me a sua valiosa proteção*. Nos meses que se seguem, registraram-se diversas respostas, a maioria proveniente de importantes chefes políticos locais — quase todos prometendo dedicarem seus esforços em prol de sua candidatura —, como o barão de São João do Príncipe e o barão de Rio Preto (Valença), os barões de Entre Rios e da Paraíba (Paraíba do Sul), os barões de Paty do Alferes, Guaribu e Capivari (Paty do Alferes) e o barão de Campo Belo (Vassouras)<sup>28</sup>.

Entretanto, reveladora resposta recebeu dos irmãos Teixeira Leite. Acusando o recebimento da circular, diziam-se no dever de se oporem a sua candidatura, por ter sido Teixeira Júnior nomeado fiscal do governo no Banco Comercial e Agrícola, do qual eram fundadores e acionistas:

(...) suporá o público que naturalmente não votaríamos para deputado em nenhum daqueles que entraram na cruzada contra a instituição, que

<sup>27</sup> ANRJ. Carta do barão de Tietê. São Paulo, 25 de maio de 1860. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc. 207. Mais tarde Tietê remeteu mais quatro procurações, enviando ainda, a pedido de Cruzeiro, o número de ações que cada um representava.

<sup>28</sup> Acusando o recebimento da circular, o barão de Paty do Alferes escreveria a Cruzeiro dizendo-se *afeiçoado a (sic) muitos anos a V.E. suposto sem nenhuma relação, não poderei deixar de coadjuvá-lo com o meu franco apoio*. ANRJ. Carta do barão de Paty do Alferes, 1860. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc. 94.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

segundo influências e alusões por demais transparentes de alguns artigos de jornais, foi decretada em proveito exclusivo de nossa família; e se votássemos, presumiria com razão que nosso voto é filho não de espontaneidade, e sim da pressão exercida pelo desejo de ganharmos as boas graças do fiscal do estabelecimento, do qual se inculca termos auferido grandes lucros. Estamos deliberados a não autorizar tão desairoso suspeita.<sup>29</sup>

Em rascunho de resposta à carta recebida dos irmãos Teixeira Leite Cruzeiro procurou justificar sua posição e esclarecer que não havia relacionado premeditadamente sua nomeação como fiscal ao pedido de apoio, lembrando que a circular era dirigida simultaneamente a diversos eleitores. Acrescentava ainda que lamentava profundamente que a modéstia os fizesse desconhecer *a sua merecida reputação ao ponto de não se julgarem a coberto de uma suspeita tão desairoso como seria a de presumir-se que pudessem ser incluídos por motivo reprovável a votar em um candidato que consideram seu correligionário e honram com a sua estima*.<sup>30</sup>

Entretanto, esse não parecia ser o real (ou único) motivo pelo qual os Teixeira Leite recusavam-se a apoiá-lo. Nas eleições seguintes Teixeira Júnior voltava a escrever com o mesmo objetivo, recebendo respostas que demonstravam as dificuldades que enfrentava nesse tipo de negociação que, inclusive, envolvia disputas e divergências em outras instâncias:

Desapareceu efetivamente o único motivo que na passada eleição impediu-me de votar em V.E. O caráter de V.E. merece-me muita estima; ainda na penúltima sessão da Estrada de Ferro, em que tive a infelicidade de não concordar com sua opinião, condenando a causa, não pude recusar

<sup>29</sup> ANRJ. Carta de Carlos, Joaquim José, Francisco José e João Evangelista Teixeira Leite. Vassouras, 14 setembro de 1860. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1. Os irmãos Teixeira Leite eram filhos do proprietário, negociante e capitalista mineiro radicado em Vassouras Francisco José Teixeira, barão de Itambé: José Eugênio (1803-1873), Francisco José, barão de Vassouras (1804-1884); João Evangelista (1807-1861); Antônio Carlos (1810-1877); Joaquim José (1812-1872); Carlos (1814-1873) e Custódio (1819-1882). Além de suas atividades como proprietários e banqueiros, e sua atuação política como chefes conservadores, ao contrário do pai, um fervoroso liberal, destacaram-se por seu empenho na criação da Estrada de Ferro d. Pedro II. Affonso de E. Taunay, Uma irmandade de grandes cafés e civilizadores: Os Teixeira Leite: Nascimento, vida e morte de Vassouras. In: Segundo Centenário da Introdução Cafeeira no Brasil, 1987. p. 140.

<sup>30</sup> ANRJ. Carta do visconde do Cruzeiro a Carlos, Joaquim José, Francisco José e João Evangelista Teixeira Leite. Corte, 21 de setembro de 1860. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1.

elogios ao talento, e principalmente a não vulgar moderação com que se houve o advogado dela. Todavia não me animo a prometer em vão (...) Arriscar-me-ia, visto que como bem sabe V.E., nessas ocasiões já surgem os imprevistos e dificuldades tais, que nos vemos forçados a sacrificar ainda nos amigos mais do peito. O que afianço é que só muito constrangido, e por motivo imperiosíssimo, deixarei de incluir o nome de V.E. na minha lista, se for eleitor<sup>31</sup>.

Demonstrando a dinâmica das articulações locais e a importância de se levar em consideração a posição do clã familiar e as conjunturas específicas que caracterizavam os processos eleitorais, de forma semelhante, na mesma ocasião afirmava Carlos Teixeira Leite:

Respondendo V.S. bem quisera ser completamente explícito e tomar para com V.S. um compromisso peremptório: tanto mais porque de boa vontade e muito conscienciosamente receito a candidatura de V.S. Mas na distância, em que estão as eleições e na previsão de eventualidades, que possam criar uma situação que demande considerações coletivas, já por considerações políticas, de que me não deva apartar, já por considerações de família, que sempre acatei, me permitirá V.S. que aceitando desde já individualmente a candidatura de V.S. me reserve a faculdade de ressaltar aqueles princípios, no caso em que seja eu eleitor.<sup>32</sup>

Cruzeiro certamente tentou, nos anos seguintes, superar as diferenças que o distanciavam dos Teixeira Leite, cujo poder, fortuna e influência política eram decisivos na província, especialmente na região de Vassouras. Uma estratégia nesse sentido foi o casamento de seu próprio filho, Pedro José Netto Teixeira, com a filha do barão de Rio Negro, Manoel Gomes de Carvalho, diretor do Banco do Brasil em 1870, ligado diretamente aos Teixeira Leite. Cruzeiro também usou sua influência para favorecer um membro dessa família na Academia de São Paulo, pois, em 1872, recebeu carta desta província enviada por João Theodoro Xavier, que dizia estar *cumprida minha missão em favor do seu recomendado Teixeira Leite. Não só foi plenamente aprovado no ato do segundo ano, como habilitou-o com o hábito do estudo e notável aproveitamento*. Tais atitudes podem ter se revertido favoravelmente, considerando-se,

<sup>31</sup> ANRJ. Carta de João E Teixeira Leite. Vassouras, 28 de maio de 1863. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1.

<sup>32</sup> ANRJ. Carta de Carlos T. Leite. Vassouras, 29 de maio de 1863. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

inclusive, a dura batalha que travava para se eleger ao Senado pela província do Rio de Janeiro, exatamente em 1872<sup>33</sup>.

Nessas negociações locais, quanto às eleições, papel fundamental exerciam seus parentes ali estabelecidos, particularmente o conde de Baependi, Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama, e seus irmãos. Nogueira da Gama era filho do marquês de Baependi e neto do comerciante Braz Carneiro Leão, por sua vez primo-irmão do bisavô de Teixeira Júnior. Apesar da aparente distância de parentesco, as famílias sempre se mantiveram próximas. O marquês de Baependi, por exemplo, na qualidade de ministro da Fazenda, já teria influído diretamente na nomeação do primo marquês de Paraná como juiz de fora em São Paulo no início de sua carreira. O mesmo fizera seu filho, conde de Baependi, então vice-presidente da província do Rio de Janeiro, na nomeação de Teixeira Júnior como promotor público em Niterói em 1853, quando contava apenas três meses de sua formatura. Aos distantes laços de sangue acrescia-se, portanto, os de reiterada amizade e compadrio, como demonstra o próprio Baependi na correspondência trocada entre ambos, assinando freqüentemente *seu parente e afetuoso amigo*<sup>34</sup>.

Em geral, a vultosa correspondência entre ambos versava sobre assuntos gerais da política e as eleições locais no município de Valença e arredores. Em carta de 1861, Baependi informava que Teixeira Júnior só havia perdido 11 votos na região, e pedia notícias da eleição em outros colégios, acrescentando: *Meu filho, cunhado e irmão cumpriram o que prometeram a você. De Santa Teresa teve todos os votos, e desta cidade, 22*. Em outra carta, de outubro de 1864, comentava a mudança de gabinete com grande descrédito, a iminência da guerra no Prata e a crise comercial — *A crise porque acaba de passar essa Praça demonstrou a razão com que os estadistas conservadores procuraram embaraçar o triunfo das teorias de Sousa Franco em matéria de crédito* —, dando ainda notícias das irregularidades nas eleições em Santa Izabel, Conservatória, Ipiabas e Valença<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> ANRJ. Carta de João Theodoro Xavier. São Paulo, 15 de novembro de 1872. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc. 276. O barão do Rio Negro era casado com uma prima Teixeira Leite, mas também descendia dessa família por sua mãe, Francisca B. Teixeira Leite, prima do barão de Vassouras.

<sup>34</sup> O segundo visconde e conde de Baependi (1812-1887) era filho do marquês de Baependi, Manuel J. Nogueira da Gama, e irmão dos barões de Santa Mônica e Juparanã, fazendeiros na região de Vassouras e Valença, e nomes importantes na política local. Foi presidente da província de Pernambuco em 1868, deputado a Assembléia Provincial e Geral pelo Rio de Janeiro de 1842 a 1872, senador pela mesma província em 1872, e presidente do Senado em 1885 e da Câmara dos Deputados em diversas ocasiões. ANRJ. Carta do conde de Baependi. Valença, 2 de outubro de 1864. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc. 87.

<sup>35</sup> ANRJ. Carta do conde de Baependi. Valença, 30 de janeiro de 1861. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc. 101.

Fundamentais nos processos eleitorais seriam também a amizade e o apoio de políticos da Corte, particularmente os de seu partido, que poderiam beneficiá-lo com suas próprias redes políticas e parentais. Nesse sentido, provavelmente pela influência do marquês de Paraná, Teixeira Júnior parecia ter ganho a simpatia dos principais nomes do Partido Conservador, como o visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres — com quem trocou farta correspondência na década de 1860 sobre assuntos diversos, que incluíam convites para o chá, problemas de saúde e os *desatinos* da política — e o visconde de Uruguai, Paulino José Soares de Sousa, futuro sogro de sua filha. De fato, as ligações entre as famílias Carneiro Leão e Soares de Sousa originavam-se de antigas relações dos tempos de Paracatu, de onde ambas provinham, e da amizade de juventude entre o marquês de Paraná e Bernardo Belisário Soares de Sousa, que se intensificou no convívio na Universidade de Coimbra. Quanto ao próprio visconde de Uruguai, Teixeira Júnior recebeu vasta correspondência, que mesclava eventos sociais e eleições, e que incluía eventualmente o envio de cartas de recomendação.

Vão as cartas para o dr. Aleixo e Antônio Corrêa, bem como para o São Gonçalo. Não pude achar o nome inteiro do irmão do Peregrino Silvestre dos Reis Neves e o João Rebelo não me serviram na eleição de Paulino, devendo fazê-lo. Não lhes pediria agora nem para mim. Não tenho o mais leve conhecimento com o deputado Guiena e com o sr. Duarte Galvão. Veja porém para este último o Airosa, que pode tudo.<sup>36</sup>

A correspondência de Cruzeiro voltaria a tratar de eleições no momento de sua campanha para o Senado em 1872, uma batalha que, em princípio, parecia apresentar remotas chances de vitória. O cenário geral da política vislumbrava-se instável, ameaçador e sujeito a crises que se avolumavam, provocadas pela questão servil, a crise econômica e o fim da Guerra do Paraguai. Nos anos anteriores Teixeira Júnior enfrentara a firme oposição de seu antigo aliado e correligionário, o poderoso líder saquarema visconde de Itaboraí, chefe do Executivo, que procurou adiar mais uma vez na Câmara a discussão sobre a emancipação, razão a que se atribui a queda de seu gabinete em setembro de 1870. Com a nomeação do gabinete chefiado por Pimenta Bueno, marquês de São Vicente —

<sup>36</sup> ANRJ, carta do visconde de Uruguai, Corte, s.d. SDP Fundo visconde do Cruzeiro AP23 cx. 1, doc. 162. Paulino é referência ao próprio filho de Uruguai, Paulino Soares de Sousa, também deputado provincial e geral e, mais tarde, conselheiro de Estado.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

autor do projeto de emancipação discutido anos antes no Conselho de Estado —, Teixeira Júnior foi convidado a assumir a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, mas por desavenças com o ultra-conservador Sousa Ramos, futuro visconde de Jaguari, então responsável pela pasta da Justiça, retirou-se do ministério três meses depois, em dezembro do mesmo ano. O gabinete, que contava ainda com a presença do conselheiro Francisco Salles de Torres Homem na pasta da Fazenda, caiu por cisões internas em março de 1871<sup>37</sup>.

O gabinete seguinte, chefiado por Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, já subia ao poder determinado a fazer aprovar a lei de emancipação. Nesse momento encontrava-se Teixeira Júnior como presidente da Câmara, tornando-se o principal aliado do então presidente do Conselho de Ministros e do líder do governo, João Alfredo Correia de Oliveira, na defesa da abolição gradual e, especialmente, nos esforços para aprovação da lei do Ventre Livre, o que se efetivou em 28 de setembro de 1871, e da qual participou ativamente. Sua atuação nesse episódio, no entanto, parece ter-lhe custado sua eleição para o Senado, na própria vaga deixada pela morte do visconde de Itaboraí em 1872, considerando-se ainda que seu principal reduto eleitoral era o já então decadente Vale do Paraíba fluminense, que reunia a mais ferrenha oposição à abolição e à própria lei de 1871<sup>38</sup>.

Nesse período, as dificuldades para a eleição já se anunciavam. Em uma de suas últimas cartas, seu compadre conde de Baependi — que competia com Cruzeiro nesse ano para o Senado — comentava a perda representada pela morte de Itaboraí para o Partido Conservador, ameaçado por crises internas, bem como sua substituição no Senado. Analisava ainda a própria candidatura de Cruzeiro e a oposição que este encontraria:

Nas circunstâncias atuais me parece que pouco se conseguirá por aqui em bem de sua candidatura, porque, como sabe, a grande maioria dos proprietários e pessoas importantes do município não aprovarão as opiniões do meu amigo na

<sup>37</sup> O gabinete Pimenta Bueno encontrou todas as dificuldades, desde sua organização. Segundo Joaquim Nabuco, inclusive, a própria presença de Jaguari, então barão de Três Barras, era uma manobra dos conservadores para adiar a apresentação do projeto de emancipação gradual, a principal bandeira do gabinete: *Logo depois de organizado o ministério, ficou descontente Teixeira Júnior, que se retirou com licença por motivo de moléstia, e mais tarde Três Barras, que aliás parece que aceitara o ministério com o fim de retardar a questão do elemento servil.* Joaquim Nabuco. *Um Estadista no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. v.1, p. 823, nota 14.

<sup>38</sup> No que se refere ao texto da lei, segundo Joaquim Nabuco, *o que não é redigido por Nabuco, é da mão de Teixeira Júnior.* Joaquim Nabuco. *Op. cit.*, p. 736.

questão que dividiu nas duas câmaras o Partido Conservador. Destas palavras não deduzo que não terá votação em Valença; elas tem apenas por fim preveni-lo de que há de perder votos independente do pedido de quem quer que seja. Conto ir a Corte brevemente, e então terei a oportunidade para informá-lo do que constar-me sobre este assunto porque não me encontrei ainda com quem possa dizer-me em que posição se acham presentemente os eleitores desse colégio.<sup>39</sup>

A escolha recaiu sobre o candidato mais votado, o próprio conde de Baependi. Mas os desgostos parecem ter sido superados rapidamente, pois a mesma província o elegeu senador ainda em 1872, na vaga deixada pelo visconde de Itaúna logo depois, para a qual foi nomeado em janeiro do ano seguinte. De qualquer forma, portanto, Cruzeiro pode sentir o valor e a extensão de suas próprias redes de amizades pessoais e relações políticas, que trabalhavam por sua candidatura e lhe deram ampla votação, principalmente na Corte, como Antônio Carneiro de Campos, Sizenando Nabuco de Araújo — que assinava *seu parente e amigo* —, o barão de São Clemente e o filho do barão de Quaraim, Pedro de Fernandes Chaves, velho político do círculo de Nabuco de Araújo e do marquês de Abrantes<sup>40</sup>.

Surpreendente apoio eleitoral — se fossem outras as circunstâncias partidárias no país — representou a dedicação à sua candidatura de seu amigo pessoal Francisco Otaviano, prestigioso líder do Partido Liberal, que se justificava a Cruzeiro em carta de 1872:

Se os conservadores continuarem nessa apatia com que deixam encher o Senado de mediocridades, serão eles mais culpados do que os republicanos no rebaixamento daquela instituição. Embora pense que por bem do sistema representativo o Senado deva ser temporário, porque a anarquia em que vivemos e o desmoronamento dos partidos provém, em grande parte, do egoísmo e irresponsabilidade desse corpo legislativo, todavia,

<sup>39</sup> ANRJ. Carta do conde de Baependi. Valença, 1872. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc.72.

<sup>40</sup> ANRJ. Carta de Antônio Carneiro de Campos. Corte, 26 de fevereiro de 1872. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc.280. Diz Sizenando Nabuco: *Estou em Friburgo, onde me prendem negócios forenses, e como Friburgo é ponto de [?] do Rio de Janeiro, por onde deve correr séria eleição, entendo que não faria mal conversar com algumas influências eleitorais a respeito do seu nome (...). Segundo me disse os que podem, seu nome será um dos mais votados. O Sr. Alfredo Chaves, cunhado do barão de São Clemente, seu entusiasta e meu amigo, trabalha com afimco pela vitória de sua candidatura.* ANRJ. Carta de Sizenando Nabuco. Friburgo, 7 de fevereiro de 1872. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc.279.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

sob nenhuma forma, a atual ou outra, desejo ver a segunda Câmara objeto do ridículo e do desprezo. Exceção de um ou outro candidato mais, é V. um digno representante para o seu partido no Senado. Tem dado provas de talento e de aplicação e mostrado sentimentos que o honram. Estando os liberais banidos, creio que nenhum se apresentará candidato. Caso, porém, cometa semelhante erro, V. compreende que, sem prejudicá-lo, hei de fazer todo o esforço por esse louco de loucura dupla, que tenta arcar com uma floresta de lanças eleitorais conservadoras e contra o desagrado de El-Rei nosso senhor!<sup>41</sup>

A partir de então o teor da correspondência modificou-se, acompanhando a própria ascensão política de Cruzeiro. Após sua nomeação como ministro da Agricultura em 1870 e sua eleição para o Senado, encontrava-se mais em posição de atender a pedidos do que buscar apoio político-eleitoral. Mas talvez seu último papel tenha sido o de conselheiro de Estado. Desde sua nomeação, em 1875, passaram a ser comuns as solicitações de interferência nos processos relativos à aprovação de estatutos de companhias comerciais e de concessão de serviços, submetidas especialmente à Seção dos Negócios do Império do Conselho, que atuava então como uma espécie de Junta Comercial, avaliando a criação de companhias e a manutenção das concessões e subvenções. Um exemplo nesse sentido é a correspondência enviada pelo mineiro José Pedro Dias de Carvalho, também conselheiro de Estado, em que agradecia a Cruzeiro *a presteza com que deu seu parecer sobre os estatutos da Companhia União Mineira, que era justamente aquela por que eu me interessava para satisfazer ao pedido de alguns amigos da província*<sup>42</sup>.

Entre os *amigos da província* certamente constava o fazendeiro, capitalista e senador mineiro José J. Monteiro da Silva, barão de Santa Helena, da família Monteiro de Barros, neto do visconde de Congonhas do Campo e fundador da Estrada de Ferro União Mineira. Correspondência de teor semelhante recebeu do negociante e banqueiro Francisco de Paula Mayrinck em abril de 1881, onde este, sabendo que estavam em poder de Cruzeiro certos papéis do Banco Hipotecário para emissão de parecer, pedia-lhe uma rápida solução para o caso<sup>43</sup>.

<sup>41</sup> Carta de Francisco Otaviano citada por Henrique C L Teixeira Filho. Op. cit., p. 379-80.

<sup>42</sup> ANRJ. Carta de José Pedro Dias de Carvalho. Sítio da Lagoinha, 13 de abril de 1876. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc.133.

<sup>43</sup> ANRJ. Carta de Francisco de P. Mayrinck. Corte, 16 de abril de 1881. SDP Visconde do Cruzeiro AP23 cx 1, doc.133

Pouca variação encontra-se na correspondência de Cruzeiro no final do período imperial, com exceção talvez da entrada em cena do que parecia uma nova geração de políticos e empresários que impetuosamente começavam a surgir no cenário nacional, nomes como o visconde de Ouro Preto, marquês de Paranaguá, Manoel Francisco Correa, Paulino Soares de Sousa, Felipe Franco de Sá, Martim Francisco R. de Andrada e João Alfredo Correia de Oliveira. Por outro lado, manteve sua correspondência com antigos amigos, como Cristiano Ottoni, São Clemente, Duarte de Azevedo e Ferreira Viana, além de corresponder-se com novas lideranças, como os mineiros barão de Santa Helena e visconde de Lima Duarte, e o paulista Antônio Carlos de Andrade Machado Silva.

Em junho de 1889 o já então visconde do Cruzeiro seria ainda convidado pelo imperador para assumir o único cargo que faltara em sua carreira política, chefiar o Executivo após a queda do gabinete João Alfredo, honra que recusaria na tribuna do Senado, alegando problemas de saúde. Entretanto, Cruzeiro confessaria anos mais tarde que teria aceitado a nomeação caso o imperador lhe garantisse a dissolução da Câmara e a possibilidade de organização de um gabinete misto, com conservadores e jovens lideranças liberais, dentre os quais cogitara os nomes de Joaquim Nabuco, do visconde de Taunay, de Afonso Celso (filho do visconde de Ouro Preto) e de Rui Barbosa. O gabinete assumiria a bandeira da descentralização política e administrativa do Império, garantindo a implantação do federalismo monárquico e atendendo a uma das principais reivindicações da agenda liberal. De fato, instado mais tarde pelo amigo visconde de Taunay quanto às razões para sua atitude, respondeu-lhe Cruzeiro que

Só poderia incumbir-se disso em duas hipóteses – ou a ditadura, sem a qual não é mais possível governar-se esse país – ou a união e o acordo sincero dos dois partidos constitucionais. Poderia contar com o apoio das Câmaras, quando os dois primeiros convidados para o meu gabinete haviam de ser você e Joaquim Nabuco ...<sup>44</sup>.

### *Considerações finais: Redes, elites e trajetórias*

A vida e trajetória do visconde do Cruzeiro permitem perceber a pluralidade de possibilidades que se lhe colocavam, por sua formação,

<sup>44</sup> O imperador terminou por conceder a dissolução ao visconde de Ouro Preto, que aceitou a nomeação que Cruzeiro recusara, aliás, a mais difícil organização de ministério no Império, recusada por quatro diferentes políticos. Segundo seu genro, João Franklin de Alencar Lima, D. Pedro II teria achado muito arriscadas e avançadas as propostas de Cruzeiro. Henrique C L Teixeira Filho. Op. cit., p. 383-4.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

carreira profissional e laços de amizade e parentesco, mas levam também a considerar a diversidade de escolhas que impunham o meio e os recursos que controlava. A opção pela participação direta na política ou por seguir a carreira de seu pai e avô eram apenas algumas dessas escolhas. A proximidade de suas relações com o tio, marquês de Paraná, parece ter sido decisiva, e a convivência no *círculo dos grandes* certamente lhe trouxe a experiência necessária para que se conduzisse com sucesso.

Mas é indubitável que tenha feito suas escolhas. A aliança com Rio Branco na Câmara e o apoio declarado à causa emancipacionista era um grande risco para um político que há mais de dez anos se dedicava a costurar suas alianças com os poderes locais e que tinha como reduto eleitoral a região dominada pelos fazendeiros tradicionais do vale fluminense. Porém, se em um primeiro momento essa atitude custou-lhe a eleição para o Senado, por outro lado granjeou-lhe a simpatia do gabinete Rio Branco e do próprio monarca, cada vez mais empenhados no movimento da abolição gradual da escravidão. Outros de sua geração seguiram caminhos diferentes, como Francisco Belisário Soares de Sousa e o próprio genro de Cruzeiro, Paulino Soares de Sousa, que até o final do Império lutaram contra a abolição.

De fato, apesar das necessidades político-elitorais e dos velhos laços de família o aproximarem de tradicionais lideranças locais no vale fluminense, Teixeira Júnior parecia, progressivamente, muito mais um representante dos grandes negócios da Corte, identificando-se mais de perto com a nova geração de políticos e empresários que demandavam reformas substanciais para garantir o crescimento econômico e a evolução política do país. De fato, o final da década de 1870, ao menos no que se refere às nomeações para o Conselho de Estado, marca a ascensão de diversas lideranças com trajetórias semelhantes. Seria o caso, por exemplo, de nomes como o Conde de Prados, membro da diretoria de sociedades financeiras e presidente do Banco Nacional de Depósitos e Descontos, assim como o visconde de Sinimbu, também presidente da mesma instituição, Carlos Carneiro de Campos (3º visconde de Caravelas) e José Pedro Dias de Carvalho, membros de diretoria de companhias de Seguros e ex-diretores do Banco do Brasil, além de seu próprio genro Paulino J. Soares de Sousa, presidente da Companhia de Navegação Transatlântica e membro de diretoria de companhias de seguro e do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.

As relações pessoais do visconde do Cruzeiro, seus interesses econômicos, suas atividades empresariais — denunciados tanto por sua

carreira como pela composição de sua fortuna — demonstram que via com especial atenção, e mesmo participava, do crescente mercado financeiro que vinha se expandindo no país desde meados do século. Particularmente sua atuação junto à esfera privada, da qual nunca se desvinculara ou se afastara, a partir da presença constante em cargos diretores de empresas comerciais e casas bancárias, como o Banco do Brasil, o Montepio Geral e o Banco Industrial e Mercantil, mesmo considerando-se o incipiente sistema financeiro, o havia colocado em contato permanente com os setores dinâmicos e emergentes, traduzindo as intrincadas inter-relações entre o político e o econômico, entre o público e o privado, características da política brasileira no período<sup>45</sup>.

A política parece ter lhe trazido desgostos. Mas talvez a opção pela diversidade de atuação reflita uma estratégia condizente com novas conjunturas de incertezas, até porque ele se movia em um meio que já se distinguiu em muito daqueles anos que fizeram brilhar o marquês de Paraná e sua política da Conciliação. O país já era outro em 1870, quando escreveu à sua esposa, em meio aos ressentimentos que marcaram sua saída do ministério:

Apreei muito que tivesses observado que os amigos do ministro da Agricultura não freqüentam mais a casa do conselheiro Teixeira Junior (...) Esses mesmos que dizem que estou prestando serviço ao país e que homens como eu é que devem governar seriam os primeiros a censurar-me quando a Justiça lhes chegasse à casa, como por exemplo não empregando os parentes, não aprovando os projetos de companhias, não me prestando a batotas etc. E depois de ter angariado algumas centenas de inimigos e despeitados, sairia do ministério sem saúde, mais pobre, e passaria por tolo. A pátria nada daria a meus filhos e teria a recompensa que teve teu pai.<sup>46</sup>

O dilema expresso pelo visconde do Cruzeiro, bem como a própria análise de suas relações políticas, econômicas e sociais, conduz,

<sup>45</sup> Quanto a essas relações, pode-se afirmar que (...) a elite empresarial estava muito próxima das agências financeiras do Estado e, na prática, controlava suas diretorias. Além disso, não abandonaram a iniciativa privada, ou seja, seus negócios particulares, como as seguradoras ou mesmo a atividade usurária. Como já foi dito, o BB de 1853 surgiu da união de dois Bancos privados, cabendo a parcela das diretorias de ambas as casas gerenciar o novo Banco. Assim, percebe-se que, em meados do século XIX, pertencer à diretoria do BB significava o privilégio de controlar a liquidez e o crédito da principal praça do país. João L.R. Fragoso e Maria Fernanda V. Martins. *Op. cit.* No que se refere às características e à dinâmica do meio financeiro no período ver principalmente Carlos G. Guimarães. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia (1854-1866)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. mimeo.

<sup>46</sup> Henrique C L Teixeira Filho. *Op. cit.*, p. 372.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

Locus:  
revista de  
história,  
Juiz de Fora,  
v. 13, n. 1,  
p. 93-122 2007

assim, a se considerar o efetivo papel desempenhado nessa sociedade por uma cultura política que se mantinha solidamente amparada por antigas práticas clientelares. Mas o reconhecimento de sua importância não deve obscurecer o fato de que elas se configuram antes como os meios, os instrumentos, e não os objetivos da ação política. A simples existência desse estilo do *façer política* não é exclusiva do período nem deve bastar para identificar o tipo de sociedade política em que transitavam personagens como o visconde do Cruzeiro. Trata-se de um complexo jogo de interesses que inclui a troca de favores e benefícios pessoais tanto quanto a perseguição de projetos coletivos, fossem estes públicos ou privados, e que, via de regra, permitiu a manutenção de uma estrutura político-administrativa fundamental para a manutenção do regime monárquico-constitucional e de suas instituições.

Assim entendida, a noção de rede permite exatamente extrapolar o sentido de troca individual usualmente associado à idéia das práticas clientelares, ao se considerar a inserção desses indivíduos em suas redes de relacionamentos, que por definição apresentam uma composição mutável, englobando setores distintos e variados, e na qual, inclusive, os objetivos e interesses pessoais moldam-se e ajustam-se aos interesses coletivos bem como às diferentes conjunturas. As relações que essas redes retratam mostram uma realidade heterogênea, ambígua e dinâmica, espelhando as tensões características dos grupos e indivíduos nela envolvidos, mas garantem o espaço da ação individual, da liberdade de ação e reação a conjunturas específicas. São essas tensões e conflitos que, ao colocarem permanentemente novas situações, ameaças e oportunidades, permitem que redirecionem suas ações, compreendendo o risco de declínio de seu status político-social e econômico que representava a exclusão e impermeabilidade aos novos grupos emergentes e às transformações vivenciadas por essa sociedade, uma dinâmica que impunha a necessidade dos indivíduos e grupos reverem e reestruturarem permanentemente suas escolhas e suas estratégias de alianças, negociação e controle político.

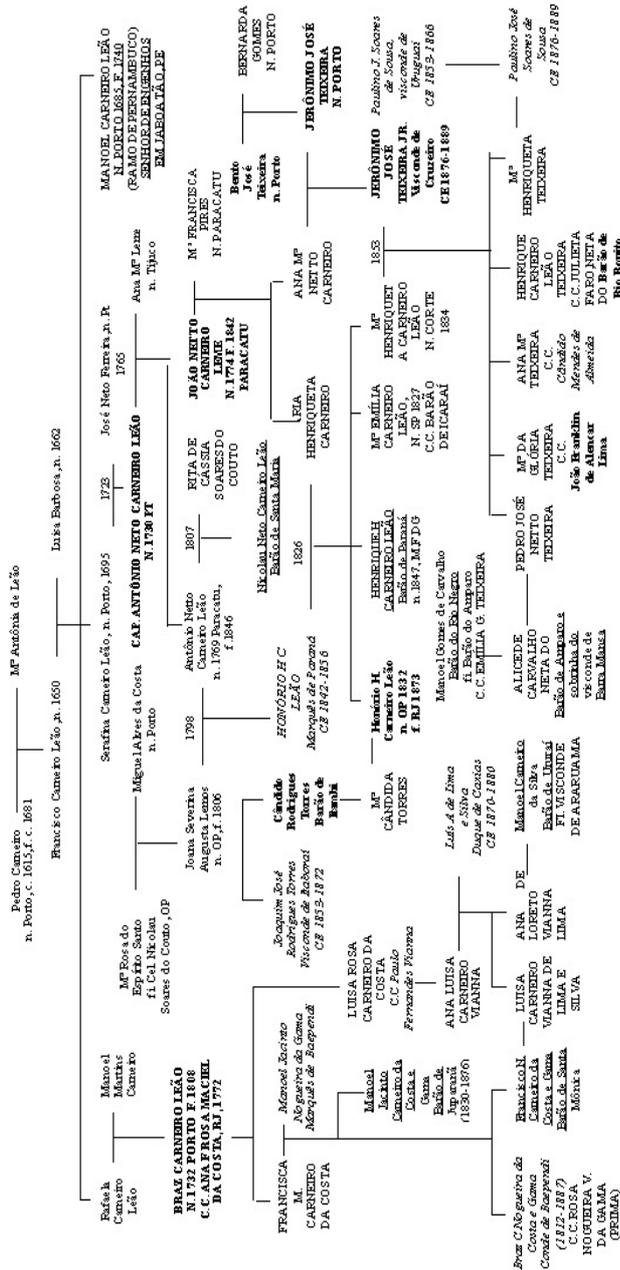
Do ponto de vista metodológico, a combinação de uma prática de reconstituição das redes clientelares e de parentesco com a análise da trajetória individual permite perceber que, de um modo geral, as carreiras profissionais ligavam essas personagens às suas províncias de origem e às relações políticas, sociais e econômicas estabelecidas por suas famílias. Mas essas redes, por definição, apresentavam-se multifacetadas e multidirecionadas, integrando indivíduos e representações de interesses diversos ao longo do Segundo Reinado, impondo escolhas variadas e espelhando diferentes e mutáveis estratégias de negociação para perpetuação do poder. São esses elementos que, ao se interligarem, permitem reinterpretar a própria dinâmica da política imperial, uma abordagem na qual trajetórias, redes e conjunturas políticas aparecem

perfeitamente imbricadas, informando-se reciprocamente, e onde as diversas e permanentes transformações podem surgir assinaladas pelas mudanças de atitudes, escolhas e comportamentos individuais. Nesse sentido, mais do que as experiências, ações e trajetórias individuais por si mesmas, importa a forma como nelas repercutem as regras e práticas políticas, sociais e culturais, os processos e as mudanças vivenciadas pelas sociedades onde se inserem<sup>47</sup>.

O Círculo dos grandes:  
Um estudo sobre  
política, elites e redes  
no segundo reinado a  
partir da trajetória do  
visconde do Cruzeiro  
(1854-1889)

<sup>47</sup> José Mattoso. *A escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 60.

## Redes Parentais do visconde do Cruzeiro (Minas Gerais e Rio de Janeiro, séculos XVII - XIX)



**Legenda:** Atividade predominantemente - Sublinhado = Favelados; Zêzêco = Políticos; Negroito = Negociantes e capitalistas  
**Notas:** c.c. = Casado com; n. = Nascimento em; f. = filho de; CE = Conde de Estado; OP = Ouro Preto; R = Pomagal; c. = cerca de.